



Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI MUNICIPAL DE Nº 1.310 DE 2018

ALTERA A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS CRIAÇÃO E ADOLESCENTE, ALTERA E REGULAMENTA O CMDCA, MANTER O FUNDO MUNICIPAL E REGULAMENTA O CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E REVOGA A LEI MUNICIPAL nº 1.264/2015.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARVALHOS APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL DE CARVALHOS, no uso de suas atribuições legais promulga e sanciona a presente lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e sua devida adequação ao Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislação federal que rege a matéria, far-se-á de:

- I – Políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, social e espiritual da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;
- II – Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo para aqueles que dela necessitarem;
- III – Servidores especiais de prevenção e proteção dos direitos, através de assistência médica, jurídica, psicossocial as vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

§ 1º - Os serviços necessários à proteção dos direitos da criança e do adolescente, descritos no CAPUT deste artigo serão instituídos pela Administração Pública através de suas secretarias pertinentes e por entidades governamentais legalmente constituídas;

§ 2º As entidades governamentais e não governamentais responsáveis pelo atendimento à criança e ao adolescente serão fiscalizadas pelo poder Judiciário, pelo Ministério Público, e pelos Conselhos Tutelares, de acordo com o artigo 95 da Lei Federal de nº 8.069/90 e estarão sujeitas as medidas previstas no artigo 97 da mesma lei.





Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 2º - São órgãos de garantias das políticas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDA;

II – Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do adolescente;

III – Fundo Municipal da Criança e do adolescente.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Art. 3º - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDA, órgão de decisão autônoma, deliberativo e controlador da política de atendimento destinado à infância e a adolescência no município de Carvalho, criado pela Lei Municipal conforme determina o artigo 88 da Lei Federal 8.069/90, é de representação paritária entre governo municipal e a sociedade civil, vinculado ao serviço de saúde e assistência social;

Art. 4º - o CMDCA é composto de 05(cinco) membros efetivos e igual número de suplentes da seguinte forma:

I - 02(Dois) membros e respectivos suplentes, indicados pelo Chefe do Executivo, sendo um efetivo e um suplente de cada uma das seguintes áreas de saúde e educação;

II – 03(três) membros efetivos e respectivos suplentes representantes de organizações da sociedade civil ligadas à questão da infância e adolescência;

§ 1º - Os conselheiros representantes do poder público e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, sempre que houver eleição para escolha dos membros da sociedade civil, concomitantemente à posse dos mesmos.

§ 2º - Os membros do CMDCA e seus suplentes, representantes da sociedade civil, exercerão mandato de 02(dois) anos admitindo-se a recondução apenas por uma vez, por igual período;

§ 3º - Os membros do CMDCA elegerão entre si 01(um) Presidente e 01(um) Tesoureiro, na forma de seu regimento interno.

§ 4º - A função de membro do CMDCA é considerada de interesse público e não será remunerada conforme disposto no artigo 89 do Estatuto da Criança e adolescente.

§ 5º - Nenhum conselheiro poderá se candidatar a cargo político executivo ou legislativo durante sua permanência no CMDCA salvo renúncia espontânea da função de conselheiro, no prazo máximo de 06 (seis) meses anterior ao pleito.





Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 5º - É finalidade do CMDCA garantir e efetivar a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente referentes a vida, saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, dignidade, respeito, liberdade, convívio familiar e comunitário;

Art. 6º - Para o cumprimento de sua finalidade compete ao CMDCA:

I – Formular e fazer cumprir a política municipal dos direitos da criança e do adolescente levantando e avaliando a necessidade do município definindo prioridades e estimulando e controlando as ações de execução;

II – Colaborar na formulação e desenvolvimento da política social básica e no planejamento das secretarias e demais órgãos da administração ligados a promoção, proteção, e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

III – Proceder ao cadastro e registro de entidades governamentais e não governamentais e seus projetos e programas especificando os regimes de atendimento, na forma definida no artigo 90 do ECA, ressaltando que é o único órgão com poderes para este fim;

IV – Aceitar ou negar o registro de programas e entidades governamentais e não governamentais à luz das exigências do ECA em seus artigos 90 e 91;

V – Supervisionar técnica e administrativamente, projetos e programas governamentais e não governamentais exigindo sua adequação às determinações do Estatuto da Criança e do adolescente;

VI – Opinar sobre o orçamento municipal destinado à implantação da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente formulada através do Plano de Ação Social;

VII – Gerir o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente definido o percentual de utilização dos seus recursos alocando-se nas respectivas áreas de acordo com as prioridades definidas no Plano de Ação Municipal;

VIII – Dar parecer prévio quando da liberação de recursos públicos às entidades assistenciais, na forma da lei Municipal.

Art. 7º - São atribuições do CMDCA:

I-Elaborar seu Regimento Interno;

II- Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis e necessárias para eleição e a posse dos membros do Colegiado Tutelar;

III – Acompanhar e avaliar a atuação dos conselheiros tutelares;





Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

IV – Divulgar o ECA dentro do âmbito municipal adequando a realidade local, prestando à comunidade orientação permanente sobre o direito da criança e do adolescente;

V- Divulgar o Plano de Ações Municipal elaborado pelo CMDCA levando ao conhecimento público o diagnóstico da população infanto-juvenil da cidade, assim como os programas prioritários necessários para suprir as carências detectadas;

VI – Promover conferências, estudos, debates e campanhas a fim de formar pessoas, grupos e entidades voltadas para as questões ligadas à criança e adolescentes buscando caminhos e soluções;

VII – Prestar contas anualmente à comunidade de Carvalho de recebimento de recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

VIII – Encaminhar ao conselho tutelar e à autoridade judiciária os registros e laudos técnicos administrativos das entidades, programas e projetos;

Art.8º - Processo de escolha dos membros da sociedade civil para composição do CMDCA obedecerá a seguinte composição:

I – Os representantes da sociedade civil serão escolhidos em Assembleia Geral da entidade, escolas e movimentos populares especialmente convocados para este fim;

II – As entidades que desejarem indicar candidato ao CMDCA deverão:

- a) Apresentar seu Estatuto Social;
- b) Estar cadastrada no CMDCA;
- c) Apresentar relatório comprovando sua atuação na área da infância e adolescência referente ao último ano;

III – Tratando-se de escola deve apresentar autorização de funcionamento emitida pela Delegacia de Ensino ou Órgão Municipal de Educação e Cultura;

- a) o candidato indicado por escola deverá ser escolhido entre os membros do colegiado da mesma;
- b) os movimentos populares que desejarem indicar candidato ao CMDCA deverão:

IV – os movimentos populares que desejarem indicar candidatos ao CMDCA deverão:

- a) ter experiência mínima de 01(um) ano ;
- b) estar cadastrado no CMDCA ;
- c) apresentar ata da Assembleia Geral da entidade, escola ou movimento popular que o indicou;





Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

V – Os candidatos indicados por estas entidades, escolas e/ou movimentos populares deverão preencher os seguintes requisitos:

- a) ter no mínimo 21 anos de idade;
- b) residir no município há pelo menos 2 anos ;
- c) ter reconhecida idoneidade moral.

VI – Cada entidade, escola ou movimentos populares poderão credenciar como candidato ao CMDCA apenas 01 (um) nome;

VII As entidades, escolas ou movimentos populares que desejarem participar da Assembleia Geral, para escolha dos membros da sociedade civil, com direito a voto deverão se credenciar junto ao CMDCA apresentando:

- a) prova concreta de sua existência(estatuto social, ou CNPJ ou atestado de funcionamento ou declaração da instituição a que pertence);
- b) indicação de um nome e seu suplente escolhido em assembleia geral para exercer o voto com cópia da ata;
- c) documento de identidade;

VII – No prazo máximo de 60 (sessenta dias) antecedendo o término de seu mandato o CMDCA através de seu Presidente convocará por meio de edital público nova eleição para conselheiros e representantes da sociedade civil;

IX – O Processo de escolha dos membros da sociedade civil será normatizado pelo CMDCA através da Resolução publica em edital nos termos do Inciso VIII deste artigo e deverá conter especificações sobre:

CAPÍTULO III

DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 9 - O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado por Lei Municipal é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, estabelecidos em lei.

Parágrafo Único – O Conselho Tutelar contará com uma assessoria de advogado, assistente social e psicólogo, destinada exclusivamente a seu suporte técnico, cedido pelo município, assim de infraestrutura básica, compreendendo sede, telefone, moveis,





Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

equipamentos, material de escritório, veículos e outros que fizerem necessários ao seu efetivo funcionamento.

Art.10 - Em cada município, haverá, no mínimo 01 (um) Conselho Tutelar composto de 05 (cinco) membros eleitos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, sendo permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

Art. 11 - O Conselho Tutelar é órgão integrante da administração pública local, devendo observar as regras administrativas, quanto aos deveres do funcionalismo, os princípios da administração pública (moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência), conforme disposto no artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 12 - O Conselho Tutelar funcionará em local indicado pelo Município, que contenha todas as necessidades de seu pleito funcionamento.

Art. 13 - Contará da Lei orçamentaria municipal a previsão de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, a remuneração e formação continuada dos Conselheiros Tutelares.

Art.14 - O exercício efetivo da função do Conselheiro Tutelar constituirá Serviço Público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial em caso de crime comum, até julgamento definitivo, consoante artigo 135 da Lei Federal 8069 de 1990.

Art. 15 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar correrá em data unificada em todo território nacional a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§1º. O processo de escolha do Conselho Tutelar deverá ter início no mínimo 06 (seis) meses antes do dia estabelecido para a realização do certame, quando a publicação do edital para início das atividades deverá ocorrer sempre no mês de abril do ano da eleição, devendo o CMDCA como órgão responsável pela condução do processo de escolha, envidar esforços para o início e concussão daqueles trabalhos.

§ 2º. A posse dos conselheiros tutelares correrá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 3º. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

§ 4º. A escolha dos membros do Conselho Tutelar será feita pelos eleitores do município sob responsabilidade do CMDCA e a fiscalização do Ministério Público nos termos do artigo 139 da Lei Federal 8069 de 1990.





Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 16 - Não se aplica a esta lei aos Conselheiros Tutelares em exercício de mandato que foram eleitos segundo regras e parâmetros estabelecidos de acordo com a redação original da Lei nº 8.069/90 e pelas Leis Municipais que lhe servem de complemento.

Art. 17º - Os Conselheiros Tutelares serão eleitos pelo voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos do Município, em eleições regulamentadas pelo CMDCA, coordenadas por comissões por ele especialmente designada e fiscalizada pelo Ministério Público.

§1º- Cabe ao CMDCA, através da resolução, prever a forma e registro dos candidatos, formas e prazos para impugnações, registro de candidaturas, organizar e definir o processo eleitoral, a data da votação, proclamação dos eleitos, termo de compromisso e posse dos conselheiros tutelares efetuados pelo prefeito municipal.

§2º- Serão considerados eleitos os candidatos ao Conselho Tutelar que forem os mais votados de uma lista única.

§3º- A composição do Conselho Tutelar se dará seguindo a ordem de votação, iniciando pelo candidato mais votado até se completarem os titulares do Conselho Tutelar do Município.

§4º- Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato que obtiver o melhor desempenho no teste seletivo, e, persistindo o empate, considera-se eleito aquele que tiver idade maior.

§5º- Perderá o mandato de Conselheiro Tutelar aquele que for condenado por sentença irrecorrível pela prática de crime ou contravenção.

§6º Verificado a hipótese prevista neste artigo, o CMDCA declarará vago o posto de conselheiro, dando posse imediata ao suplente.

Art.18º - É requisito para candidatar-se ao cargo de conselheiro Tutelar:

I- Reconhecida idoneidade moral;

II -Idade igual ou Superior a 21 (vinte e um) anos;

III-Residir no Município;

IV- Escolaridade mínima de ensino fundamental ou equivalente;

V- estar em gozo dos direitos políticos;

VI- obter aprovação em teste de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e em teste de língua portuguesa;

VII- conhecimento básico em informática e ser aprovado em teste de domínio básico de uso de computador sob supervisão da comissão designada pelo CMDCA;





Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

§1º. Os testes que tratam os incisos VI e VII serão regulamentados pelo CMDCA, definindo os critérios para a sua confecção e realização, inclusive dia e hora para a aplicação, bem como índice de aproveitamento mínimo para aprovação.

§2º. O cargo de Conselheiro Tutelar é dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública ou privada.

§3º. O candidato que, sendo membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pleitear o cargo de Conselheiro Tutelar, deve pedir seu afastamento no ato da aceitação da inscrição de conselheiro.

Art.19- O pedido de inscrição deverá ser formulado pelo candidato em requerimento assinado e protocolado junto ao CMDCA, devidamente instruído, com todos os documentos necessários à comprovação dos requisitos estabelecidos no artigo 18 desta lei.

Art.20 - Encerrado o prazo para inscrição e registro, o CMDCA fará publicar edital e afixará, no mural das publicações da Prefeitura Municipal e em sua sede, a nominada dos candidatos que a requereram.

Parágrafo Único: Desde o encerramento das inscrições, os documentos estarão à disposição dos interessados que os requerem, na sede do CMDCA, para exame, a critério da comissão designada.

Art.21 - Publicado o edital, será aberto o prazo de 03(três) dias para impugnações, e, nas ocorrências destas, os candidatos serão intimados, pela mesma forma, para, no mesmo prazo, apresentarem defesa.

§1º. Decorridos os prazos definidos no caput, será oficiado ao Ministério Público para os fins do artigo 139 da Lei Federal 8069 de 1990.

§2º. Havendo impugnação do Ministério Público, o candidato terá igual prazo para apresentar defesa, mediante intimação pelos mesmos meios de comunicação.

§3º. Cumprindo os prazos deste artigo, as impugnações serão submetidas à comissão eleitoral para decidir sobre o mérito, no prazo de 03(três) dias, e dessa decisão, publicada no Jornal do Município ou em outro jornal local, caberá recurso para assembleia do CMDCA, no mesmo prazo, que decidira em igual período, publicando sua decisão no jornal do Município ou em outro jornal local.

Art.22 - Julgada em definitiva todas as impugnações, o CMDCA publicará edital no jornal do município ou em outro jornal local com a relação dos candidatos habilitados.

Seção III: Da Propaganda Eleitoral





Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art.23 - A propaganda dos candidatos será permitida somente após o registro das candidaturas;

Art.24 - Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, imputando-lhes solidariedade por excessos praticados por seus simpatizantes.

Art.25 A propaganda em vias e logradouros públicos obedecerá aos limites impostos pela legislação municipal ou às posturas do Município e garantirá a utilização por todos os candidatos em igualdade de condições.

Art.26- Não será permitida propaganda que implique em grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

§ 1º— Considera-se grave perturbação à ordem a propaganda que infrinja as posturas municipais, que perturbe o sossego público Ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

§ 2º— Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádivas, beneficia ou vantagens de qualquer natureza, mediante o apoio para candidaturas;

§ 3º— Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver demandas que não são atribuições do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra pratica que induza dolosamente o eleitor a erro, auferindo, com isso, vantagem à determinada candidatura;

§ 4º— O descumprimento das disposições deste artigo sujeitará os candidatos infratores às seguintes penalidades:

- a) retirada, recolhimento ou suspensão da propaganda;
- b) no caso de reincidência: retirada, recolhimento ou suspensão da propaganda e multa de 100 a 500 Valores de Referência Municipal -VRMs;
- c) persistindo a infração: cassação da candidatura.

Art. 27 - compete à Comissão Eleitoral e ao CMDCA processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou suspensão da propaganda, o recolhimento do material, aplicação de multas e indicação de candidaturas ao CMDCA.

§1º - As multas decorrentes de aplicação de infração serão revertidas ao FMDCA.

§2º-A Comissão eleitoral poderá, liminarmente, determinar a retirada, recolhimento ou suspensão da propaganda, a fim de garantir o cumprimento desta Lei.





Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 28-Todo cidadão poderá dirigir denúncia à Comissão Eleitoral sobre a existência de propaganda eleitoral enquadrada nas situações do artigo 31, desde que devidamente fundamentada.

§1º - Tendo a denúncia indicio de procedência, a Comissão Eleitoral determinará que a candidatura envolvida apresente defesa no prazo de 3 (três) dias.

§2º- Para instruir sua decisão, a Comissão eleitoral poderá ouvir testemunhas, determinar a anexação de provas, bem como efetuar diligências.

§3º-O candidato envolvido e o denunciante deverão ser notificados da decisão da Comissão Eleitoral no prazo de 3 (três) dias.

§4º - Da decisão da Comissão Eleitoral caberá recurso ao CMDCA, que deverá ser apresentado em 3 (três) dias, a contar do recebimento da notificação.

Art. 29 - É da competência exclusiva do CMDCA a aplicação da sanção de cassação de candidaturas.

§1º - A decisão do CMDCA será notificada à candidatura envolvida no prazo máximo de 3 (três) dias.

§2º- a candidatura notificada deverá apresentar recurso, querendo, no prazo máximo de 3 (três) dias.

Seção IV: Das Atribuições dos Conselheiros Tutelares

Art.30 - Compete ao Conselheiro Tutelar exercer as atribuições constantes dos artigos 95 e 136 da Lei Federal 8069, de 1990, e da legislação municipal.

Seção V: Da Estrutura e Funcionamento

Art.31 - O Conselho Tutelar terá uma estrutura técnico-administrativa responsável pela organização dos serviços, bem como pelo seu funcionamento.

§1º-O Poder Executivo Municipal, através dos servidores de seu quadro de pessoal e/ou contratados, mediante celebração de convenio com entidade privada, assegurará o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

§2º- As despesas decorrentes do funcionamento, gratificação e atividades do Conselho Tutelar são de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, conforme artigo 134 parágrafo único da Lei Federal 8069 de 1990.





Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 32- O Conselho Tutelar funcionará atendendo, através de seus Conselheiros, caso a Caso.

§1º - As escalas de trabalho e plantão ficarão afixadas em local visível na sede do Conselho Tutelar e de fácil acesso ao público e deverão ser comunicadas às autoridades municipais que atuam na área da criança e do adolescente.

§2º - O Regimento Interno, elaborado pelo Conselho Tutelar e aprovado em reunião do seu COLEGIADO, estabelecerá o regime de trabalho, de forma a atender às atividades do Conselho, sendo que cada Conselheiro deverá prestar 25 (vinte e cinco) horas semanais, mais as horas dos plantões, que se inicia às 19 horas e finda às 7 da manhã do dia seguinte ;

Art. 33 — Ao procurar o Conselho Tutelar, a pessoa será atendida por um membro deste Conselho, sendo o acompanhamento realizado de forma COLEGIADA, conforme a resolução nº 170 de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA, com registro em ata.

§1º — Nos registros de cada caso deverão constar, em Síntese, as providências tomadas, e a esses registros somente terão acesso os Conselheiros Tutelares e a Corregedoria, mediante solicitação, ressalvada requisição judicial.

§2º - O Conselho Tutelar encaminhará relatório mensal ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

§3º- Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas e deficiências das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.36- Constitui falta grave do Conselheiro Tutelar:

I - infringir, no exercício de sua função, as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II- usar de sua função para benefício próprio;

III - divulgar, por qualquer meio, notícia a respeito de fato que possa identificar a criança e o adolescente ou sua família, salvo autorização judicial, nos termos da Lei Federal 8069/90, de 1990.





Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

IV- manter conduta incompatível com o cargo que ocupa;
V- cometer infração a dispositivos do Regimento Interno do Conselho Tutelar;
VI- aplicar medida de proteção sem a decisão do COLEGIADO do qual faz parte, salvo em casos excepcionais e de urgência, submetendo tal decisão à avaliação dos demais Conselheiros Tutelares na próxima sessão;

VII - omitir-se quando do exercício de suas atribuições, inclusive recusando-se a prestar atendimento;

VIII- deixar de comparecer no horário de trabalho estabelecido pelo Regimento Interno do Conselho Tutelar;

IX - exercer outra atividade incompatível com a DEDICAÇÃO EXCLUSIVA prevista nesta Lei;

X- receber honorários a qualquer título, exceto estipêndios legais; e

XI- a ausência injustificada a três reuniões consecutivas ou a seis reuniões alternadas do Conselho Tutelar, no período de 01 (um) ano, na forma do artigo 34 desta Lei.

Art.37 - Os Conselheiros Tutelares realizarão tantas reuniões quantas forem necessárias para solucionar os casos pendentes de decisão, não podendo se reunir menos de uma vez por semana.

Parágrafo Único: o horário das sessões do Conselho Tutelar será estabelecido em Regimento Interno do mesmo.

Art.38 - Os cargos que vagarem antes de findo o mandato de qualquer Conselheiro Tutelar serão preenchidos no prazo de 30 (trinta) dias, mediante convocação dos suplentes na rigorosa ordem de sua votação popular.

§1º-Será ainda convocado o suplente:

I- na hipótese de afastamento não remunerado previsto nesta Lei; e

II- quando as licenças a que fizerem jus os titulares excederem o período de 30 (trinta) dias.

§2º- O suplente de Conselheiro Tutelar receberá a remuneração e os direitos decorrentes do exercício do cargo, quando substituir o titular do Conselho nas hipóteses previstas nos incisos do parágrafo 1 deste artigo.

§3º -Findo o período de convocação do suplente, com base nas hipóteses previstas nos incisos do parágrafo 1 deste artigo, o Conselheiro titular será imediatamente reconduzido ao Conselho.





Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art.39 — Cabe ao Conselho Tutelar elaborar seu Regimento Interno, que, depois de aprovado, enviado ao CMDCA para conhecimento.

Art.40- Na qualidade de membros eleitos por mandato eletivo, os Conselheiros Tutelares não são funcionários do quadro da administração municipal, mas receberão, a título de gratificação, o valor de 1(um) salário mínimo mensais, por conselheiro, reajustado na mesma época e nos mesmos índices do salário mínimo federal.

§1º- Constará da Lei orçamentária municipal dotação específica, para o atendimento da previsão do caput deste artigo.

§2º- A gratificação será proporcional:

I - Para o conselheiro tutelar, aos dias efetivamente trabalhados, salvo afastamento por licença de saúde;

II - Para o suplente, aos dias efetivamente trabalhados, quando convocados a substituir O titular em caso de afastamento ou vacância.

§3º- Os membros do Conselho Tutelar não terão vínculo empregatício com a municipalidade.

§4º- O horário de funcionamento dos Conselhos Tutelares é de 7 às 17 horas, de segunda à sexta-feira. A carga horária de cada Conselheiro Tutelar é de 5 (seis) horas diárias e de 25 (vinte e cinco) horas semanais, e mais os plantões obrigatórios conforme determina o artigo 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8069/90.

§5º- - Os conselheiros deverão seguir a seguinte escala:

I - dois conselheiros das 07 às 12 h;

II - um conselheiro de 08 às 13h;

III - dois conselheiros de 12 às 17h.

Parágrafo Único - os plantões realizados nos finais de semana, noites e feriados serão determinados através de escala a ser publicada em DOM mensalmente, desde que aprovado pela Coordenadora de CRAS.

§6º - O membro titular do Conselho Tutelar fará jus a um período de descanso anual correspondente a trinta dias, sendo-lhe garantida a percepção de sua gratificação acrescida de um terço (1/3), bem como cobertura previdenciária, licença maternidade, licença paternidade e gratificação natalina.





Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art.41- Os Conselheiros (as) tutelares eleitos serão empossados, conforme artigo anterior, por ato do Prefeito Municipal, e exonerado ao final de seus mandatos ou nos casos previstos na presente Lei.

§1º-Sendo funcionário público municipal o candidato eleito para o Conselho Tutelar, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedado à acumulação de vencimentos, sem prejuízo da contagem do tempo de serviço, ficando-lhe garantido o retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que vindo o seu mandato.

§2º- A Prefeitura Municipal procurará firmar Convenio com o Poder Executivo Estadual e Federal para permitir igual vantagem à estabelecida no parágrafo anterior aos seus servidores.

§3º- A efetividade dos Conselheiros (as) Tutelares será fornecida pelo Conselho Tutelar mensalmente à Secretaria da Administração, para efeito de pagamento da gratificação mensal.

Seção VI: Do Impedimento

Art.42 - São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e sogra, genro ou nora, irmão, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo Único: Entende-se o impedimento previsto no caput desde artigo à autoridade judiciaria e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, no exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrital.

Seção VII: Da Vacância

Art.43 - A vacância dar-se-á por:

I-falecimento;

II-perda de mandato ou;

III-renúncia.

Art.44 - Perderá o mandato o Conselheiro (a) tutelar que:

I- For condenado, por sentença irrecorrível, pela pratica de crime doloso, ou pela prática dos crimes e infrações administrativas pela Lei Federal 8069/90, ou;
II-Por falta grave cometida no exercício de sua função, após sindicância da Corregedoria dos Conselhos Tutelares, conforme processo disciplinar previsto em Lei.





Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 45 – O Fundo municipal da criança e do adolescente (FMCA), criado por força de lei municipal, vinculado e controlado pelo CMDCA , tem por objetivo facilitar a captação, repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

Art.46 – Constituem receitas do FMCA:

I – Doações de pessoas físicas e jurídicas conforme o disposto no artigo 260 da Lei Federal de nº 8.006/90;

II – Dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;

III- Valores provenientes das multas previstas no artigo 214 do Estatuto da Criança e do adolescente oriundas das infrações descritas nos artigos 228 e 258 da referida lei;

IV – Transferências de recursos financeiros oriundos dos Fundos nacional e Estadual da Infância e do adolescente;

V- Doação, auxílios, contribuições, transferências de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais.

VII – Recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados entre o município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais para repasse de programas integrantes do Plano de Ação Municipal;

VIII- Outros recursos que porventura lhe foram destinados;

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47 – Anualmente o CMDCA e o Conselho Tutelar remeterão à Câmara Municipal, relatório circunstanciado de suas atividades e investimentos.

Art. 48 – A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especificamente a LEI 1.264/2015.

Carvalho-MG, 04 de dezembro de 2018


ANTÔNIO DE PÁDUA DE CARVALHO MOURA
PREFEITO MUNICIPAL

